

Trabalho docente no Brasil durante a pandemia da Covid-19

Teaching works in Brazil during the COVID-19 pandemic

Vanusa Nascimento Sabino Neves ¹
Universidade Federal da Paraíba
pbvanusa@gmail.com

Lia Machado Fiuza Fialho²
Universidade Estadual do Ceará
lia_fialho@yahoo.com.br

Charliton José dos Santos Machado ³
Universidade Federal da Paraíba
charlitonlara@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo do estudo foi analisar a produção disponibilizada no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior acerca do trabalho docente durante o primeiro ano da pandemia da Covid-19 no Brasil. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, do tipo estado da arte, cujos resultados foram analisados conforme a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Selecionaram-se 16 produtos, dos quais emergiram duas categorias temáticas: precarização do trabalho docente e ensino remoto emergencial. Constatou-se que: a precarização do trabalho docente está potencializada pela pandemia; a maioria dos professores não é capacitada para o ensino remoto emergencial; muitos alunos sofrem exclusão digital, aumentando ainda mais as desigualdades sociais e os desafios para os docentes. Concluiu-se que as repercussões da pandemia sobre o trabalho docente estão relacionadas à mitigação dos

¹ Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

² Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

³ Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

direitos trabalhistas e à exaustão física e emocional dos docentes para cumprir as novas demandas de trabalho.

Palavras-chave: Pandemia; Trabalho docente; Ensino remoto.

Abstract: The study analyzed the production made available on the Capes Journal Portal about teaching work during the first year of the Covid-19 pandemic in Brazil. A qualitative, state-of-the-art research was conducted, the results of which were analyzed according to the content analysis technique proposed by Bardin. 16 products were selected, of which two thematic categories emerged precariousness of teacher work and emergency remote education. It was found that the precariousness of teaching work is enhanced by the pandemic; most teachers are not trained for emergency remote education; many students suffer digital exclusion, further increasing social inequalities and that challenge for teachers. It was concluded that the repercussions of the pandemic on teaching work are related to the mitigation of labor rights and the physical and emotional exhaustion of teachers to meet new job demands.

Keywords: Pandemic; Teaching work; Remote teaching.

Introdução

Os desafios plurais preexistentes no cenário escolar brasileiro, tais como a evasão escolar dos alunos, a qualidade da educação ofertada, a igualdade de acesso e permanência, dentre outras mazelas, foram agravados pela pandemia da Covid-19 (CARVALHO, 2020; PAES e FREITAS, 2020; PONTES e ROSTAS, 2020; OLIVEIRA, 2020). Apesar dos esforços para a contenção da curva de contágio pelo novo coronavírus e da campanha de vacinação em curso, o setor educacional continua impactado e ainda não se pode precisar quando as aulas presenciais serão restabelecidas regularmente, especialmente pela impossibilidade de atender aos protocolos sanitários de distanciamento e higiene (BRANDENBURG *et al.*, 2020).

Nesse cenário pandêmico, as relações trabalhistas dos professores foram subitamente modificadas, em vários aspectos, dentre eles, ensinar por meio remoto diante da insuficiência de conhecimento e formação específica no uso de tecnologias digitais e ferramentas para essa modalidade de ensino (NEVES *et al.*, 2021a). Ademais, notabilizou-se o imperativo dos debates plurais acerca das condições laborais dos docentes, as quais não se restringem ao local de trabalho, mas compreendem variáveis como carreira, remuneração, formação inicial e continuada (OLIVEIRA, 2020).

Na complexidade da problemática, muitos alunos não possuem recursos necessários e seus pais ou responsáveis também não dispõem de meios para acompanhar e orientar o processo educativo em ambiente domiciliar. Tal como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) já documentou, as plataformas de ensino causam confusão e frustração pela pouca habilidade que os

professores e alunos têm em relação à utilização delas (UNESCO, 2021b). Com as escolas fechadas, os pais são requisitados a auxiliar na aprendizagem de seus filhos, mas, com nível educacional e recursos limitados, ainda acumulando outros papéis que lhes são peculiares, essa nova função é dificultosa (UNESCO, 2021a).

Diante desse contexto, levantou-se a pergunta: qual é a produção do conhecimento acerca do trabalho docente no primeiro ano da Covid-19 no Brasil? Para responder a esse problema de pesquisa, desenvolveu-se um estudo científico com o objetivo de analisar a produção disponibilizada no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a respeito do trabalho docente durante a pandemia da Covid-19 no Brasil.

Partindo da compreensão de que o Portal de Periódicos da Capes reúne democraticamente produtos das pesquisas científicas de todo o país de maneira ampliada, por considerar um grande número de periódicos, buscou-se, nessa biblioteca virtual, fontes para responder a esse questionamento. Esta investigação foi realizada mediante uma pesquisa qualitativa amparada metodologicamente no estado da arte, conforme adiante especificado na seção da metodologia, que toma como objeto de estudo os artigos localizados na busca.

A delimitação temporal da pesquisa, de fevereiro de 2020 a fevereiro de 2021, foi decorrente do fato de que foi em 30 de janeiro de 2020 que a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu seu mais alto nível de alerta ao declarar mundialmente o surto pela Covid-19, doença provocada pelo coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (NEVES *et al.*, 2021b). Dessa maneira, englobava-se o primeiro ano da pandemia, tempo em que já seria possível localizar estudos na interface educação e pandemia por Covid-19.

A relevância da pesquisa consiste em tornar possível conhecer a produção existente acerca da temática, as perspectivas mais enfatizadas, os objetivos e as principais conclusões elaboradas. Além disso, ao identificar as eventuais lacunas do conhecimento, podem-se sugerir novos estudos e cooperar para a compreensão do problema estudado. Afinal, faz-se urgente refletir criticamente sobre a nova realidade educacional brasileira alterada pelo cenário pandêmico, desde a produção de conhecimento científico nesse campo.

O artigo está organizado em quatro seções, a saber: a) introdução, contendo a temática, o problema de pesquisa, o objetivo, a relevância do estudo e a especificação do objeto; b) descrição da metodologia, baseada no estado da arte e na análise de conteúdo conforme Bardin (2016); c) resultados e discussões, que analisam as categorias temáticas por intermédio do diálogo transversal entre os produtos integrantes do estado da arte; e d) considerações finais, nas quais, sem intenção de esgotar o tema, retorna-se ao objetivo do estudo e à síntese dos principais resultados, além disso, abordam-se as possíveis contribuições e os limites da pesquisa, apresentando sugestão para estudos futuros.

Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo (MINAYO, 2012) sustentado metodologicamente no estado da arte (FERREIRA, 2002; ROMANOWSKI e ENS, 2006). Para Minayo (2012), as pesquisas de abordagem qualitativa possibilitam problematizar teorias e hipóteses, entender, interpretar e discutir vivências, valores,

opiniões, ações humanas e sociais. O estado da arte, conforme elucidam Ferreira (2002) e Romanowski e Ens (2006), em possuindo o caráter bibliográfico, propicia o mapeamento, a descrição e a argumentação a respeito de certa produção acadêmica e científica, todavia a opção por essa metodologia se deu em razão do interesse em identificar e analisar o que já se produziu concernente ao tema.

Optou-se por construir este estado da arte a partir da produção hospedada no Portal de Periódicos da Capes porque é uma abrangente biblioteca virtual vinculada ao Ministério da Educação (MEC) que congrega uma vasta produção científica nacional e internacional, atualmente formada por 45 mil títulos e 130 bases de dados (BRASIL, 2021).

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados para a coleta de dados, na primeira semana de abril de 2021, empreendeu-se busca avançada por assunto no Portal de Periódicos da Capes, mediante acesso pela Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), da seguinte maneira: a) combinações de descritores: “Covid-19” AND “trabalho docente” e “pandemia” AND “trabalho docente”; b) localização: em qualquer localização; c) restrição de comparação: “é (exato)”; c) tipo de material: somente artigos; d) data inicial: 27 de fevereiro de 2020; e data final: 27 de fevereiro de 2021. O intuito era acessar remotamente todo o conteúdo assinado disponibilizado para a instituição de ensino, não apenas o de acesso aberto, cujos títulos e/ou resumos contivessem concomitantemente as palavras-chave “Covid-19” e/ou “pandemia” e “trabalho docente” como o conteúdo de acesso aberto. As datas selecionadas para as publicações partiam do primeiro ano de vigência da pandemia da Covid-19 no Brasil, mais especificamente da identificação do primeiro caso da Covid-19 no Brasil, no final de fevereiro de 2020, e do final de fevereiro de 2021, período correspondente à nona semana epidemiológica, na qual se registraram a continuidade da ascendência da curva de contágio e 10.104 novos óbitos (BRASIL, 2021).

Os critérios de exclusão foram: editoriais de forma geral e artigos que não se referissem à realidade do trabalho docente durante a pandemia da Covid-19 no Brasil. Dessa maneira, foram localizados 44 produtos. Lidos os títulos, resumos e palavras-chave, selecionaram-se 16 para constituir o *corpus* do estudo por possuir mote na temática em tela.

Os artigos foram ordenados mediante a atribuição de um código alfanumérico de “a1” a “a16”, no qual a alínea “a” faz referência ao termo “artigo” e os números de 1 a 16 especificam a ordem de organização do material para a análise e apresentação nos quadros constantes neste estudo, porquanto, como instrui Bardin (2016), a análise de conteúdo se organizou em etapas cronológicas: a) pré-análise; b) exploração do material; e c) tratamento dos resultados: inferência e interpretação. A escolha do *corpus*, em sendo um conjunto de documentos que foram submetidos à análise, obedeceu às regras consistentes de exaustividade, isto é, não se excluiu nenhum produto injustificadamente; de representatividade, quer dizer, a amostragem, para possibilitar generalizar os resultados, deve representar efetivamente o universo inicial; homogeneidade, ou seja, os critérios de escolha devem ser iguais para todos os documentos selecionados; e pertinência, em outros termos, adequação dos produtos selecionados para responder ao objetivo traçado.

A pesquisa prescindiu de aprovação pelo Comitê de Ética por não trabalhar diretamente com seres humanos e utilizar apenas documentos públicos, contudo, durante todas as fases do estudo, os pesquisadores

primaram pelos princípios éticos e pela legalidade, inclusive quanto ao rigor científico, direitos autorais e manipulação dos dados.

Resultados e discussões

Os produtos identificados no Portal de Periódicos da Capes e codificados que compuseram o *corpus* do estado da arte estão apresentados no quadro a seguir, especificados por título, autor, ano, periódico, volume e número.

Quadro 1 – Relação dos produtos localizados no Portal da Capes

Cód.	Título	Autoria/ano	Periódico	V	N
a1	A educação de crianças e jovens durante a pandemia da Covid-19: “tem alguém aí, ou vamos apenas cumprir tarefas?”	Rezera e D’alexandre, 2021	Saber & Educar	-	29
a2	Precarização do trabalho do docente e adoecimento: Covid-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo	Pontes e Rostas, 2020	Revista Thema	18	Esp.
a3	Trabalho docente em tempos de isolamento social: uma análise da percepção do uso das tecnologias digitais por professores da educação básica	Paes e Freitas, 2020	Linguagem em Foco	12	2
a4	Educação em tempos de Covid-19: ensino remoto e exaustão docente	Saraiva <i>et al.</i> , 2020	Práxis Educativa	15	1
a5	A crise das evidências: a Covid-19 e a uberização do trabalho dos docentes de Matemática no município de Petrópolis	Carius, 2021	Trabalho & Educação	29	3
a6	A universidade e a atividade docente: desafios em uma experiência pandêmica	Ferigato <i>et al.</i> , 2020	Revista Docência do Ensino Superior	10	-
a7	A docência universitária no contexto de pandemia e o ingresso no ensino superior	Fior e Martins, 2020	Revista Docência do Ensino Superior	10	-
a8	Ubiquidade e crise pandêmica: o que há de novo no trabalho em Educação?	Lara, 2020	Em Tese	17	2
a9	Atuação dos fóruns de defesa da educação infantil em tempos de pandemia	Pereira, 2021	Zero-a-Seis	23	Esp.
a10	Infância confinada: liturgias de escolarização e privatização da educação infantil	Campos e Durli, 2021	Zero-a-Seis	23	Esp.
a11	Desafios pedagógicos: antes e na pandemia Covid 19	Carvalho, 2020	Temas em Educação e Saúde	16	2
a12	Da uberização à youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia	Silva, 2020	Revista Trabalho, Política e Sociedade	5	9
a13	Teaching in Basic Education in times of pandemic: actions, pedagogical strategies and challenges faced in the 2020 school year of the Integral School Professor Ana Cristina Rolim Machado	M. Oliveira, 2020	Research, Society and Development	9	12
a14	Mental health and university teaching working conditions in the Covid 19 pandemic	Monteiro e Souza, 2020	Research, Society and Development	9	9
a 15	Formação inicial do docente em tempo de Covid-19	Mineiro <i>et al.</i> , 2020	Ambiente: Gestão e Desenvolvimento	1	1

a16	Ensino remoto emergencial de Ciências e Biologia em tempos de pandemia	Barbosa <i>et al.</i> , 2020	Revista da SBEnBIO	-	-
-----	------------------------------------------------------------------------	------------------------------	--------------------	---	---

Fonte: Elaboração própria (2021).

Os artigos localizados abordam temas como precarização do trabalho docente (BARBOSA *et al.* 2020; CAMPOS e DURLI, 2021; CARIUS, 2021; FERIGATO *et al.*, 2020; MONTEIRO e SOUZA, 2020; PONTES e ROSTAS, 2020; REZERA e D’ALEXANDRE, 2021; SARAIVA *et al.*, 2020; SILVA, 2020), ensino remoto emergencial (BARBOSA *et al.*, 2020; CARIUS, 2021; FIOR e MARTINS, 2020; PAES e FREITAS, 2020; REZERA e D’ALEXANDRE, 2021; SARAIVA *et al.*, 2020), especificando os efeitos da pandemia sobre a educação escolar (REZERA e D’ALEXANDRE, 2021) e ensino universitário (FERIGATO *et al.*, 2020), incluindo ênfase na exaustão docente (SARAIVA *et al.*, 2020) e no adoecimento dos professores (MONTEIRO *et al.*, 2020; PONTES e ROSTAS, 2020). Com fundamento na premissa de que os objetivos de um determinado estudo são essenciais ao entendimento do escopo da pesquisa, inclusive direcionando-a para a obtenção dos resultados pretendidos, no quadro 2, especificaram-se os produtos localizados quanto aos objetivos e a síntese conclusiva.

Quadro 2 – Especificação dos produtos localizados quanto ao objetivo e a síntese conclusiva

(continua)

Cód.	Objetivos	Síntese conclusiva
a1	Entender o descontrole pandêmico no país e os efeitos na educação.	As reconfigurações impostas pela pandemia ao trabalho docente acarretam precarizações do trabalho e da qualidade no sistema educacional público.
a2	Discutir o processo de precarização do trabalho do docente do ensino superior e o consequente adoecimento, relacionando-o com a nova realidade social advinda da pandemia da Covid-19.	O ensino remoto intensifica a jornada de trabalho dos docentes e as mudanças nas rotinas de trabalho podem levar ao adoecimento.
a3	Investigar a percepção de professores da educação básica pública sobre o trabalho docente em contexto de ensino remoto emergencial na pandemia da Covid-19.	Os diversos desafios impostos à atividade docente se intensificaram, dentre eles destacam-se: sobrecarga de trabalho, dificuldade de acesso e de uso dos recursos tecnológicos educacionais e falta de capacitação dos usuários envolvidos para enfrentar esse cenário atípico.
a4	Analisar a trama discursiva que se constitui a partir da necessidade de adaptação das atividades presenciais para atividades remotas no estado do Rio Grande do Sul durante o distanciamento social causado pela Covid-19.	As desigualdades têm se avolumado, apesar de algum otimismo a longo prazo, mas as práticas de contraconduta são consideradas necessárias na tentativa de conter a exaustão docente.
a5	Discutir a precarização do trabalho docente dos profissionais do município de Petrópolis.	Os contratos temporários de docentes não repercutem em melhoria para o professor e, na pandemia, eles foram suspensos, revelando-se numa tendência mundial.
a6	Refletir sobre os efeitos da pandemia na atividade docente e quais mudanças estão em curso.	A superação dos binarismos e das polarizações que se expressam nos últimos anos no Brasil é uma condição importante para a reinvenção do espaço acadêmico, refundado em novos regimes de confiança e colaboração.
a7	Analisar as características da docência universitária na pandemia da Covid-19 que favoreceram a transição de estudantes ao ensino superior.	É urgente refletir as implicações políticas e sociais do ensino remoto emergencial na docência universitária na pandemia. Há sobrecarga de trabalho docente e falta-lhe tempo e espaço para o desenvolvimento profissional.

Fialho, Machado e Neves – Trabalho docente no Brasil durante a pandemia da Covid-19

a8	Conhecer quais atividades e sob quais condições elas estavam sendo realizadas pelos docentes durante o período de isolamento social	A docência foi universalizada para o ambiente doméstico; as demais dimensões do trabalho em educação são exacerbações de uma atividade que gradativamente vem se constituindo como trabalho ubíquo, permeado por alterações dos sentidos espaçotemporais em função dos usos que se faz dos dispositivos digitais e móveis nos contextos desse trabalho.
a9	Discutir a importância que os fóruns de defesa da educação infantil têm no enfrentamento da pandemia no que se refere ao atendimento de bebês e crianças pequenas e às suas famílias.	A atuação dos fóruns permitiu a reflexão dos professores quanto ao uso de TICs no ensino remoto e de discussão das políticas educacionais.

Quadro 2 – Especificação dos produtos localizados quanto ao objetivo e a síntese conclusiva

(conclusão)

a10	Analisar os pareceres emitidos pelo CNE na regulação da educação básica no período de pandemia.	O CNE apresentou a resolução com muito atraso, oito meses após a suspensão do calendário letivo. Com as atividades remotas, a carga horária dos professores foi duplicada. A pandemia acarretou problemas financeiros, emocionais e de saúde para os professores.
a11	Refletir sobre o cenário pedagógico e a importância de se desenvolver novas maneiras de ensinar frente aos desafios educacionais.	Professores são obrigados a mudar a metodologia das aulas utilizadas há muitos anos durante a pandemia.
a12	Aportar indicações acerca do aprofundamento da precarização do trabalho docente em tempos de pandemia.	A pandemia da Covid-19 agrava o quadro de precarização das relações de trabalho, afetando profundamente os professores.
a13	Relatar a experiência vivenciada pela equipe docente da Escola de Ensino Integral Professora Ana Cristina Rolim Machado, no município de João Pessoa, PB, durante o ensino remoto devido ao isolamento social por conta da pandemia da Covid-19.	A pandemia exigiu adaptação dos professores à nova realidade, evidenciou as diferenças entre os sistemas de ensino e as dificuldades de muitas instituições.
a14	Discutir os fatores etiológicos, bem como os sintomas e desordens inerentes à saúde mental de docentes universitários, submetidos a condições de trabalho insalubres, no âmbito da Covid-19.	O trabalho docente está precarizado pela pandemia e pela falta de políticas públicas específicas para a saúde e para as questões sociais dos docentes.
a15	Investigar e compreender os antigos e novos desafios nas dimensões acadêmicas, bem como alertar os pesquisadores sobre a necessidade de discutir os estudos que fundamentam a educação e o trabalho docente.	A formação do professor deve se voltar para criar estratégias com vistas a superar os desafios durante a pandemia da Covid-19.
a16	Compreender os desafios e as necessidades de professores de Ciências e/ou Biologia dos estados que compõem a SBEnBIO – Regional 4 (MG, GO, TO, DF).	Diante da pandemia, é emergencial resistir à <i>uberização</i> do trabalho docente e à <i>mcDonização</i> do currículo.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Mesmo tendo sido empreendida a busca com os descritores “trabalho docente”, “Covid-19” e “pandemia”, em nove artigos localizados destacou-se a literalidade da expressão “precarização do trabalho” (BARBOSA *et al.*, 2020; CAMPOS e DURLI, 2021; CARIUS, 2021; FERIGATO *et al.*, 2020; MONTEIRO e SOUZA, 2020; PONTES e ROSTAS, 2020; REZERA e D’ALEXANDRE, 2021; SARAIVA *et al.*, 2020;

SILVA, 2020). Os demais produtos indiretamente abordaram o cenário instável imposto pela pandemia às relações laborais dos docentes. Assim, emergiu a primeira categoria, analisada adiante.

Categoria 1 – Precarização do trabalho docente

A historicidade do trabalho docente revela uma degradação deletéria dos direitos sociais trabalhistas dos professores de todos os níveis educacionais. Em vista disso, informam Monteiro e Souza (2020) que há tempos o sofrimento para os professores está em elevação, porque majoraram-se metas de trabalho, ameaçaram-se reduções de salários e demissões e cobrou-se mais eficiência das universidades.

Não somente para o ensino superior, a pandemia e a sobrecarga de trabalho furtaram o espaço para o desenvolvimento profissional dos docentes de maneira geral (FIOR e MARTINS, 2020). Decerto, a precarização do trabalho acomete as esferas pública e privada em qualquer nível de ensino, antagonizando-se à função dos professores de agentes de transformação social. Tal paradoxo indica que a valorização do trabalho docente tem sido objeto de discurso, mas não de ações efetivas.

Estudo realizado por Paes e Freitas (2020) identificou que professores, da educação infantil ao ensino médio, entendem a conjuntura laboral durante a pandemia como de demanda excessiva, ausência de retorno compensatório, falta de apoio técnico e/ou psicológico, inexistência de planejamento e de organização nos processos de trabalho. Complementam Monteiro e Souza (2020) que a aludida precarização é uma realidade antiga, exacerbada pelo neoliberalismo e aprofundada mais ainda pela pandemia.

Focalizando esse debate, o neoliberalismo é um conceito polêmico e assimétrico, cujos registros iniciais remontam a 1938, constituindo-se termo designador de fenômenos diversos, como reformas das políticas econômicas, modelos desenvolvimentistas, ideologias e paradigmas acadêmicos (ANDRADE, 2019). Na concepção marxista, esse modelo é um estágio do capitalismo beneficiador das classes mais abastadas e se legitima por meio de políticas econômicas de livre mercado e Estado mínimo, somente de preservação da ordem institucional (SILVA *et al.*, 2020; SOARES e COLARES, 2020). Não obstante, as divergências teóricas e políticas que o neoliberalismo alberga manifestam-se em formatos sociais heterogêneos e representam um regime de acumulação por espoliação e pela concentração das decisões em grupos privilegiados (ANDRADE, 2019) em desfavor dos diversos grupos socialmente vulneráveis que merecem receber certas prestações positivas estatais com a finalidade de diminuir as desigualdades que lhes afetam. Ao adensar esse debate, num Estado mínimo, R. Oliveira (2020) destaca que, a lógica economicista hegemônica neoliberal guia as políticas educacionais para uma formação escolar valorativa da competição e da obtenção de produtividade máxima em detrimento das conquistas sociais.

Nesse âmbito inóspito, o trabalho docente experimenta a *uberização*, a *mcdonização* e a *youtuberização*. Explicam Barbosa *et al.* (2020) que a *uberização* é um termo que alude à conjuntura atual de que ao professor ou a qualquer outro trabalhador cabe o encargo de prover todas as suas ferramentas de trabalho. Já a *mcdonização* indica a *mercadorização* da educação. Apesar de serem termos da modernidade, ambos refletem a colonialidade persistente no sistema educacional, inclusive na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por seguir modelos de currículos estrangeiros por meio da transnacionalização

curricular, quando “[...] desvinculada da comunidade local e da realidade de vida dos alunos, configura-se como uma colonialidade do saber” (BARBOSA *et al.*, 2020, p. 391). A *youtuberização* é um termo atualmente utilizado em caracterização ao processo de transformação do ensino presencial em *on-line*, por vídeos compartilhados na plataforma YouTube (SILVA, 2020).

Especificamente, a *uberização* é “[...] uma forma de extração de mais-valia por meio da exploração baseada em um controle político-ideológico de novo tipo sobre os trabalhadores” (SILVA, 2020, p. 588); por ser o trabalho por conta própria, configura-se numa nova tendência mundial de destituição do vínculo laboral com instituições públicas ou privadas e consequente sepultamento da garantia dos direitos trabalhistas. Nessa nova forma de trabalho, a força produtiva sofre controle político e ideológico, cujo exemplo clássico é o contrato temporário de trabalho (CARIUS, 2020). Tal ideia é comprovada quando professores, desprovidos do acréscimo remuneratório correspondente, usam seus próprios recursos para ensinar remotamente, utilizam suas próprias redes de internet e equipamentos em práticas intermitentes de trabalho, noite e dia, sem fronteira entre o horário certo de descanso e de trabalho. Ainda pior, representa uma expropriação de recursos privados pertencentes ao professor, haja vista o alto custo de acesso à internet no Brasil (LARA, 2020).

A propósito, vale lembrar que, nas últimas décadas, não apenas no Brasil, mas na América Latina, a mercantilização, a falta de investimentos e a privatização da educação, bem como a degradação dos direitos do servidor público impactam o trabalho docente, por acarretar perda de estabilidade trabalhista, detrimento das carreiras e decréscimo remuneratórios (OLIVEIRA, 2018). Nessa situação, o processo educativo, como força-mercadoria, subjugado ao capital, traz consigo a tendência histórica burguesa que cumpre a função de fornecer ao mercado professores treinados à maquinaria segundo a lógica da produtividade. Com esses contornos, a *mercadorização* da educação se expressa pelo controle das classes dominantes sobre conteúdos e as formas da educação escolar, onde o Estado neoliberal, sob o amparo da incapacidade financeira, insere o empresariado na educação mediante parcerias público-privadas e consórcios, por exemplo (MOTTA e ANDRADE, 2020). O Estado tem se ausentado desse contexto de precarização laboral por renunciar ao cumprimento da função de formular e implementar políticas de assistência voltadas à saúde e à proteção social dos professores. Dessa forma, a pandemia da Covid-19 prossegue ceifando vidas, travando a educação, sem sinalizar para uma resolução (REZERA e D’ALEXANDRE, 2021).

Sob o aspecto jurídico-normativo, o Brasil possui farto arcabouço legal, inclusive com assento na Constituição Federal de 1988, que projeta a educação como dever do Estado e direito de todos, prevendo a valorização dos profissionais da educação escolar com planos de carreira e ingresso na rede pública por concursos; mas, na prática, observam-se discrepâncias na efetivação desses direitos. Em conformidade com esse entendimento, vale frisar a reforma trabalhista firmada pela Lei nº 13.467 (BRASIL, 2017), que alterou a redação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e, dentre outros, criou o regime de trabalho intermitente. Inclusive, quando a renda é abaixo de um salário mínimo, não há cobertura previdenciária, afrontando o direito de proteção social. Para o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), os defensores da reforma trabalhista advogavam que o emprego intermitente geraria muitos empregos, mas resultou no contrário, milhares de contratos intermitentes não se efetivaram

em trabalho nem em remuneração, pois permanecem inativos, na “gaveta”. A prova disso é que, no ano de 2019, 22% dos empregos intermitentes não geraram trabalho ou renda. Em dezembro, 52% dos empregados com vínculo intermitente não registraram nenhuma atividade e, ao final de 2019, a remuneração média mensal desses trabalhadores foi somente 64% do valor do salário mínimo (DIEESE, 2021).

Há de se considerar, então, que a paralisação das atividades escolares presenciais não significa menor jornada de trabalho para os docentes, ao contrário disso, aumenta o trabalho sem o acréscimo salarial correspondente (SARAIVA *et al.*, 2020). Aliás, o trabalho docente se tornou contínuo e mais exigente, representando um *plus* quantiquantitativo, com maior carga horária, sem diferenciação do tempo à disposição do trabalho e com exigência das novas competências para o ensino remoto.

O cotidiano dos professores está impactado e o *modus operandi* de subestimação dos riscos e consequências da Covid-19 potencializam outras práticas sintomáticas do tempo presente, como o menosprezo do conhecimento científico e a naturalização da morte (LARA, 2020), assim como tem sido objeto dos discursos de autoridades públicas brasileiras.

O contexto de inconsistência trabalhista está interligado ao ensino remoto emergencial, que, por vezes, despontou nos artigos do estado da arte como uma das causas da precarização do trabalho docente, por ser uma nova tarefa, sem que os professores estivessem devidamente capacitados para executá-la. Consoante Silva (2020), na pandemia, a associação da *uberização* à *youtuberização* intensifica a precarização dos trabalhadores docentes. No entanto, em respeito à técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016), que veda a inclusão mútua, ou seja, cada elemento somente poderá estar presente em uma única categoria, os dados relativos ao ensino remoto foram organizados na categoria a seguir analisada.

Categoria 2 – Ensino remoto emergencial

Para início de argumentação, nesta categoria, por meio do diálogo estabelecido entre os artigos, constata-se que a pandemia da Covid-19 colidiu sobre o campo educacional com ímpeto, sem precedentes na história da educação brasileira. Por conseguinte, instituições de ensino, professores, alunos e pais ou responsáveis, outrora despreparados para o ensino remoto emergencial, subitamente foram convocados a se reinventarem para abrandar o déficit do processo de ensino-aprendizagem acarretado pela impossibilidade das aulas presenciais (BEZERRA *et al.*, 2021).

Apesar da infraestrutura e equipamentos escolares nortear os estudos sobre o trabalho docente, a crise carregada pelo novo coronavírus expandiu esse enfoque, posicionando fatores até então desconhecidos ou preteridos, dentre eles os meios essenciais ao ensino remoto, no cerne das discussões (OLIVEIRA, 2020), porquanto os múltiplos desafios impostos à atividade docente se intensificaram. Dificuldade de acesso ao provedor de internet, inaptidão para uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e falta de capacitação dos usuários envolvidos para enfrentar a crise educacional (PAES e FREITAS, 2020), bem como a migração repentina e sem treinamento prévio do presencial para o virtual, pairaram sobre as condições de trabalho dos professores (MONTEIRO e SOUZA, 2020). Na crise atual, novas conexões produtoras de mais exclusão social e incrementadoras da supremacia da sociedade capitalista foram firmadas entre os diversos

eventos macro e microsociais (PONTES e ROSTAS, 2020). Assim, metaforicamente, implantou-se um estado de guerra, no qual professores, alunos e familiares foram arrematados, desprovidos das armas adequadas.

A hiperconectividade das redes nos ambientes de aprendizagem multidimensionais requisitam um vasto rol de competências, entre elas, a descentralização do processo ensino-aprendizagem para além da interface entre aluno e professor (FELICE e BONAMI, 2019), mas a falta de formação e experiência prévia dos professores com as habilidades acerca do ensino remoto e as dificuldades em conciliar o ensino com as atividades domésticas, ou mesmo adaptar as habitações para o ensino intermediado pelas TIC, aguçam os desafios para a maior parte dos professores (BARBOSA *et al.*, 2020) e uma distância abismal foi identificada entre as oportunidades educativas, especialmente porque 79% dos professores da rede pública escolar brasileira não possuem formação para o uso das TIC (REZERA e D’ALEXANDRE, 2021).

A severidade da situação ensina que as vulnerabilidades sociais e emocionais interferem conjuntamente na aprendizagem (REZERA e D’ALEXANDRE, 2021). Bem pior, as modificações processadas nas instituições de ensino, para cumprir as novas demandas da prática pedagógica do ensino remoto, podem provocar adoecimento e exaustão (PAES e FREITAS, 2020), desgastes psíquicos (BARBOSA *et al.*, 2020; LARA, 2020) e psicológicos em razão das novas atribuições que alteram a vida pessoal e extrapolam o domínio de conteúdos e as estratégias pedagógicas, as quais, somadas ao isolamento e ao distanciamento social, produzem incertezas e vulnerabilidades emocionais e sociais (PONTES e ROSTAS, 2020).

O trabalho docente mediado por TIC reporta-se à ubiquidade, por se referir à locomoção, individual e coletiva, física e digitalmente, como se o professor fosse onipresente, redimensionando o tempo e o trabalho (LARA, 2020). A ubiquidade é um conceito que designa a capacidade de acesso imediato e universal por meio de dispositivos conectados à rede de internet. Em outros termos, através da hiper mobilidade, criam-se espaços fluidos e múltiplos, nos quais as pessoas se deslocam integrando-se em pluralidade de lugares como se onipresentes fossem (SANTAELLA, 2013). Tal fenômeno repercute nas relações trabalhistas: da mesma forma que o professor se movimenta sem amarras no tempo-espaço, os alunos também assim procedem; consequentemente, exige-se do professor maior tempo à disposição. A respeito dessa compreensão, Paes e Freitas (2020) investigaram os docentes acerca do trabalho segundo esse modelo, constatando que o ambiente domiciliar foi invadido pelo trabalho remoto, que o rol de afazeres cresceu em número e em complexidade e que a falta de estrutura avultou as tensões, inclusive demandando que os professores se submetessem ao letramento digital (PAES e FREITAS, 2020).

Ademais, as horas dedicadas ao aprendizado para manejar as ferramentas digitais, ao preparo das aulas e do material e às respostas para demandas dos alunos podem acarretar a perda da percepção temporal (PONTES e ROSTAS, 2020), não sendo comumente contabilizadas como trabalho (LARA, 2020), apesar de exigirem dos docentes disponibilidade quase integral (FIOR e MARTINS, 2020).

O estado da arte revelou que a *youtuberização* é mais um dos elementos que aumentam a precarização do trabalho, porque, quando se hospedam as aulas na plataforma de vídeos YouTube, o conteúdo pode ser *hackeado*. Além disso, poderá se apresentar como um processo forçado, advindo do trabalho remoto, que

“[...] remodela a sua relação com a escola num processo que vem para aumentar a alienação e a expropriação do trabalho docente” (SILVA, 2020, p. 603).

Outra questão problematizada nos componentes do estado da arte é a desigualdade de acesso aos recursos para aprender e ensinar remotamente. Embora o ensino remoto tenha se apresentado como solução para a suspensão das aulas, sua implementação significou grandes desafios para todos os envolvidos (M. OLIVEIRA, 2020), ainda que, como solução para a continuidade das aulas, evidenciem-se as desigualdades entre escolas públicas e privadas (SARAIVA *et al.*, 2020) e respectivos alunos e professores. Logo, há de se pensar que somente prover o acesso aos conteúdos didáticos não parece suficiente para resolver o problema das aulas suspensas. Existem várias outras singularidades sociais que permeiam o dia a dia das escolas e dos discentes, haja vista que a escola é um locus de integração, sociabilidade, suprimento de necessidades básicas, como alimentação, resolução de conflitos, entre outras nuances (REZERA e D’ALEXANDRE, 2021). Disponibilizar equipamentos e acesso para o ensino remoto, o que já não é possível para todos, não parece ser suficiente, porque famílias enfrentam uma série de problemas para conciliar trabalho e assistência aos filhos, principalmente na educação infantil (PEREIRA, 2021).

Por tudo isso, como muitos estudantes não dispõem de acesso às ferramentas digitais (REZERA e D’ALEXANDRE, 2021) e professores padecem de habilidades básicas e intermediárias para ensinar remotamente (BARBOSA *et al.*, 2020), a democratização do acesso à internet, a qualificação dos professores e estudantes e a preservação dos direitos trabalhistas nesses tempos de cibercultura e hibridização da docência, bem como outros temas referentes à diversidade, devem ser centrais para a reconstrução da educação pós-pandemia (FERIGATO *et al.*, 2020).

Considerações finais

O estudo objetivou analisar a produção disponibilizada no Portal de Periódicos da Capes acerca do trabalho docente durante a pandemia da Covid-19 no Brasil a partir dos artigos disponibilizados no referido portal no período de fevereiro de 2020 ao mesmo mês de 2021. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, do tipo estado da arte, na qual se procedeu à análise do conteúdo dos 16 artigos identificados com os descritores “trabalho docente”, “pandemia” e “Covid-19”, dos quais emergiram duas categorias temáticas: a) precarização do trabalho docente e b) ensino remoto emergencial.

Constatou-se que os artigos enfatizaram que a precarização do trabalho docente está potencializada pela pandemia, mas diz respeito a um problema estrutural no Brasil, que, fruto gradativo do neoliberalismo, sobretudo caracterizado pelo Estado mínimo, sequer consegue preservar os direitos e garantias sociais trabalhistas, a exemplo da mais recente reforma trabalhista, que, em 2017, alterou a CLT para flexibilizar, ou mesmo retirar, direitos conquistados mediante lutas históricas da classe trabalhadora. Inclusive, atualmente, constata-se que a atividade laboral docente precarizada experimenta os fenômenos de *uberização*, ou seja, trabalho por conta própria, em que ao professor cabe prover as ferramentas necessárias ao exercício profissional sem a contraprestação remuneratória devida, bem como a *mercadorização* da

educação, caracterizada pela aplicabilidade das exigências de mercado à atividade educacional: produtividade, lógica mercantilista, entre outras.

Nesse contexto, ao tempo que o ensino remoto se apresenta como solução provisória para o problema das aulas suspensas, confere-se maior visibilidade às desigualdades sociais, principalmente quando se coteja a escola pública com a privada, porque, apesar de o ensino remoto ter sido implementado subitamente, o maior despreparo para executar essa nova metodologia de ensino-aprendizagem é das escolas públicas, seus alunos e professores, pela precariedade de acesso à internet e ferramentas digitais.

Como possíveis contribuições da pesquisa, destacam-se o detalhamento e o compartilhamento da produção do conhecimento sobre a temática, o que poderá orientar novas produções frente às possíveis lacunas, ou às novas nuances projetadas pela crise atual sobre a área educacional.

Ainda que o Portal da Capes se apresente como uma plataforma virtual abrangente, aconselha-se não generalizar os resultados, por considerar que o número de estudos ainda é pequeno, o que limita discussões que abarquem todas as problemáticas atinentes às diversas particularidades e regionalidades brasileiras. Disso exsurtem sugestões para futuros estudos, quais sejam: questionar a ausência de uma política de formação docente continuada em nível nacional; pesquisar a respeito dos reflexos da pandemia da Covid-19 sobre o trabalho docente e sobre o processo de ensino-aprendizagem; distinguir as possíveis discrepâncias entre a educação escolar pública e a privada num recorte temporal maior, haja vista que a crise sanitária atual ainda está em curso; avaliar o prejuízo educacional gerado para as crianças brasileiras pelo isolamento social; e aprofundar discussões sobre as peculiaridades do agravamento da precarização do trabalho docente no intuito de identificar quais medidas de enfrentamento estão em curso, ou que precisam ser implementadas.

Referências

- ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas Ciências Sociais. **Sociedade & Estado**, Brasília, DF, v. 34, n. 1, p. 211-239, 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010009>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0102-69922019000100211&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 9 abr. 2021.
- BARBOSA, Alessandro Tomaz *et al.* O ensino remoto emergencial de Ciências e Biologia em tempos de pandemia: com a palavra as professoras da Regional 4 da SBEnBio (MG/GO/TO/DF). **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 379-399, 2020. DOI 10.46667/renbio.v13i2.396. Disponível em: <http://sbenbio.journals.com.br/index.php/sbenbio/article/view/396>. Acesso em: 2 abr. 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: 70, 2016.
- BEZERRA, N. P. X. *et al.* Ressignificando a prática docente: experiências em tempos de pandemia. **Revista Pemo**, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. 1-15, 2021. DOI 10.47149/pemo.v2i3.3917. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3917>. Acesso em: 27 abr. 2021.

BRANDENBURG, Cristine *et al.* Cartilha educação e saúde no combate à pandemia da (Covid-19). **Revista Pemo**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-35, 2020. DOI 10.47149/pemo.v2i2.3670. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3670>. Acesso em: 27 abr. 2021.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). **Missão e objetivos**. Brasília, DF: Capes, [2021]. Disponível em: https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=missao-objetivos&Itemid=109. Acesso em: 3 abr. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 2 maio 1943.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 14 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jul. 2017.

BRASIL. **Painel coronavírus**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

CAMPOS, Roselane Fátima; DURLI, Zenilde. Infância confinada: liturgias de escolarização e privatização da educação infantil. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. esp., p. 221-243, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/79059/45382>. Acesso em: 2 abr. 2021.

CARIUS, Ana Carolina. A crise das evidências: a covid-19 e a uberização do trabalho dos docentes de matemática no município de Petrópolis. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 181-193, 2021. DOI 10.35699/2238-037X.2020.20425. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/20425>. Acesso em: 1º abr. 2021.

CARVALHO, Renata de Aguiar Costa. Desafios pedagógicos: antes e na pandemia Covid-19. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 16, n. 2, p. 594-606, 2020. DOI: 10.26673/tes.v16i2.14061. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/14061>. Acesso em: 1º abr. 2021.

DIEESE. Contratos intermitentes continuam na gaveta. **Boletim Emprego em Pauta**, Uberlândia, n. 17, 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2020/boletimempregoempauta17.html>. Acesso em: 8 abr. 2021.

FELICE, Máximo; BONAMI, Beatrice. Ecologias conectivas: a qualidade transorgânicas das interações nos ambientes-redes. **Educação Unisinos**, v.23, n.4, 2019. DOI:

<https://doi.org/10.4013/edu.2019.234.18498>. Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.234.07>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FERIGATO, Sabrina Helena *et al.* A universidade e a atividade docente: desafios em uma experiência pandêmica. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 10, p. 1-17, 2020. DOI

10.35699/2237-5864.2020.24738. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/24738>. Acesso em: 1º abr. 2021.

FERREIRA, Norma Sanda de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

FIOR, Camila Alves; MARTINS, Maria José. A docência universitária no contexto de pandemia e o ingresso no ensino superior. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 10, p. 1-20, 2020. DOI 10.35699/2237-5864.2020.24742. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/24742>. Acesso em: 1º abr. 2021.

LARA, Rafael da Cunha. Ubiquidade e crise pandêmica: o que há de novo no trabalho em educação?. **Em Tese**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 24-43, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2020v17n2p24>. Acesso em: 1º abr. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-81232012000300007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 mar. 2021.

MINEIRO, Flávia Kaine Pereira Alves *et al.* Formação inicial do docente em tempo de Covid-19. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, Boa Vista, v. 1, n. 1, p. 98-109, 2020. DOI

10.24979/ambiente.v1i1.815. Disponível em:

<https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/815>. Acesso em: 2 abr. 2021.

MONTEIRO, Bruno Massayuki Makimoto *et al.* Sleep and chronotype in university students in Covid-19 pandemic. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 9, p. e632997688, 2020. DOI 10.33448/rsd-v9i9.7688. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7688>.

Acesso em: 1º abr. 2021.

MONTEIRO, Bruno Massayuki Makimoto; SOUZA, José Carlos. Mental health and university teaching working conditions in the Covid 19 pandemic. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 9, p. e468997660, 2020. DOI 10.33448/rsd-v9i9.7660. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7660>. Acesso em: 1º abr. 2021.

MOTTA, Vânia Cardoso da; ANDRADE, Maria Carolina Pires de. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, e224423, 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/es.224423>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302020000100950&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 abr. 2021.

NEVES, Vanusa Nascimento Sabino *et al.* Ensino remoto emergencial durante a pandemia de Covid-19 no Brasil: estado da arte. **Revista Pemo**, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. e325271, 2021a. DOI 10.47149/pemo.v3i2.5271. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/5271>. Acesso em: 27 abr. 2021.

NEVES, Vanusa Nascimento Sabino *et al.* Utilização de *lives* como ferramenta de educação em saúde durante a pandemia pela Covid-19. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, e240176, 2021b. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/es.240176>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0101-73302021000100308&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 mar. 2021.

OLIVEIRA, Michelly Queiroga de. Teaching in Basic Education in times of pandemic: actions, pedagogical strategies and challenges faced in the 2020 school year of the Integral School Professor Ana Cristina Rolim Machado. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 12, p. e47391211466, 2020. DOI 10.33448/rsd-v9i12.11466. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11466>. Acesso em: 1 abr. 2021.

OLIVEIRA, Ramon de. A reforma do Ensino Médio como expressão da nova hegemonia neoliberal. **Educação Unisinos**, v. 24, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4013/edu.2020.241.18861>. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.05/60747588>. Acesso em: 10 ago. 2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. **Revista USP**, [S. l.], n. 127, p. 27-40, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.i127p27-40. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/180037>. Acesso em: 10 ago. 2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação da profissão docente no contexto da nova gestão pública na América Latina. **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 27, n. 53, p. 43-59, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/5660/3606>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PAES, Francisco Cleyton de Oliveira; FREITAS, Samya Semião. Trabalho docente em tempos de isolamento social: uma análise da percepção do uso das tecnologias digitais por professores da educação básica pública. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 129-149, 2020. DOI 10.46230/2674-8266-12-4050. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/4050>. Acesso em: 1º abr. 2021.

- PEREIRA, Fábio Hoffmann. Atuação dos fóruns de defesa da educação infantil em tempos de pandemia. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. esp., p. 291-315, 2021. Disponível em: periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/78977/45385. Acesso em: 2 abr. 2021.
- PONTES, Fernanda Rodrigues; ROSTAS, Márcia Helena Sauaia Guimarães. Precarização do trabalho do docente e adoecimento: Covid-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo. **Revista Thema**, Pelotas, v. 18, n. esp., p. 278-300, 2020. DOI 10.15536/thema.v18.especial.2020.278-300.1923. Disponível em: <http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1923>. Acesso em: 1º abr. 2021.
- REZERA, Danielle do Nascimento; D’ALEXANDRE, Raquel Gomes. A educação de crianças e jovens durante a pandemia da Covid-19. “Tem alguém aí, ou vamos apenas cumprir tarefas?”. **Saber & Educar**, Porto, n. 29, p. 1-14, 2021. Disponível em: <http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/view/396/458>. Acesso em: 1º abr. 2021.
- ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Joana Paulin. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/24176>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação**. São Paulo: Paulus, 2013.
- SARAIWA, Karla *et al.* A educação em tempos de Covid-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-24, 2020. DOI <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.15.16289.094>. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16289>. Acesso em: 2 abr. 2021.
- SILVA, Amanda Moreira da. Uberização à youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Moquetá, v. 5, n. 9, p. 587-610, 2020. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/rtps/article/view/698>. Acesso em: 2 abr. 2021.
- SILVA, Maiara Lopes da *et al.* As condições de trabalho do professor universitário substituto na contemporaneidade: explorando a realidade de uma universidade pública. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 215-234, 2020. DOI 10.25053/redufor.v5i13.1002. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1002>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- SOARES, Lucas de Vasconcelos; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. Avaliação educacional ou política de resultados?. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 5, n. 3, p. e2951, 2020. DOI 10.25053/redufor.v5i15set/dez.2951. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/2951>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- UNESCO. **Avaliação do desenvolvimento da internet no Brasil**. 2021a. Disponível em: https://www.nic.br/media/docs/publicacoes/8/20210217115717/avaliacao_do_desenvolvimento-da-internet-no-brasil.pdf. Acesso em: 26 mar. 2021.

UNESCO. **Consequências adversas do fechamento das escolas**. 2021b. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/consequences>. Acesso em: 26 mar. 2021.

Submetido: 08/05/2021

Aceito: 11/08/2021